

## **Folha de S. Paulo**

**14/7/1986**

### **Cortadores de cana de Leme decidem manter a greve**

Roberto Camargo

Enviado especial a Leme

Cerca de oitocentos cortadores de cana de Leme, dos cinco mil que residem no município, a 192 km de São Paulo, decidiram às 11h34 de ontem, praticamente por unanimidade, continuar em greve "na roça", sem piquetes, para evitar confrontos com a polícia. À noite, porém, cerca de trezentos trabalhadores, reunidos no bairro de Santa Rita, decidiram não ir mais aos canaviais para evitar incidentes com os chefes de turma, permanecendo em suas casas.

Em assembléia realizada no Estádio Municipal Hilário Harder, dois dias depois dos incidentes com a Polícia Militar que resultaram na morte do cortador de cana Orlando Correia e da empregada doméstica Sibely Aparecida Manoel, os trabalhadores reiteraram a reivindicação do sistema de metro linear como medida de produção e rejeitaram a contraproposta patronal, discutida na véspera com o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

A proposta patronal mantinha o critério de aferição do trabalho por tonelada, estabelecido no atual acordo coletivo da categoria, e confirmava os preços vigentes para o corte da cana (Cz\$ 12,61 para cana de dezoito meses e Cz\$ 12,03 para cana de outros cortes), mas aumentava o valor da diária mínima de Cz\$ 43,68 para Cz\$ 80,00, previa não punir os grevistas e o pagamento dos dias parados, a título de antecipação, com negociação posterior dos critérios para eventuais descontos.

A decisão pela continuidade da greve surpreendeu as lideranças da categoria que, embora considerassem inconsistente a contraproposta patronal, defenderam o fim da greve por avaliarem como muito grande o desgaste que os trabalhadores sofreram nos últimos dias. O movimento começou há 22 dias em Mogi-Guaçu e estendeu-se a Araras, Conchal e Leme, afetando também usinas de Pirassununga e Santa Rita do Passa Quatro, que dependem de mão-de-obra regional. Ficou restrito a Leme, onde a greve dura catorze dias e envolve um número de participantes que o próprio sindicato não tem condições de avaliar. Em seu momento mais intenso, a greve chegou a paralisar a quase totalidade dos 12 mil cortadores de cana da região.

"Será que se os companheiros continuarem em greve sozinhos vai resolver o problema?", indagou o diretor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp) e da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Élvio Neves. Ele defendeu o fim da greve, ao mesmo tempo que alertou para a necessidade de serem encontradas novas formas de ação, caso se decidisse pela continuidade do movimento, evitando-se confrontos com a polícia, "porque as mortes só acontecem do nosso lado".

Os candidatos do PT a governador e vice do Estado de São Paulo, deputado federal Eduardo Suplicy e Paulo Otávio Azevedo, e os deputados Djalma de Souza Bom (federal) e Anísio Batista (estadual) participaram da assembléia. Suplicy e Bom talaram após a decisão pela continuidade da greve, reiterando apoio ao movimento e voltando a responsabilizar o governo Montoro pelo confronto entre policiais militares e trabalhadores. O prefeito de Leme, Orlando Leme Franco, 68, acusado pelos trabalhadores de se ter omitido em relação aos acontecimentos da última sexta-feira, justificou-se dizendo que se encontrava acamado. E prometeu, durante a assembléia, que a Polícia Militar não iria mais intervir na greve, salvo em casos de violência contra a propriedade ou a integridade das pessoas. Isso levou um dos

membros da comissão de negociação a ocupar o microfone para propor a continuidade dos piquetes, já que havia "garantias do prefeito". Os dirigentes sindicais e políticos presentes se apressaram em esclarecer que o prefeito não tinha poderes sobre a polícia e a idéia de prosseguimento dos piquetes foi posta de lado.

## **Negociações**

A rodada final de negociações, que resultou na contraproposta rejeitada ontem, foi realizada no Sindicato da Construção Civil de Campinas, das 17h às 23h de sábado, com a participação do ministro Almir Pazzianotto, dirigentes da Fetaesp e membros da Comissão de Negociação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araras, que abrange também os municípios de Leme, Conchal, Mogi-Guaçu e Mogi-Mirim. Segundo o presidente do sindicato dos trabalhadores, Norival Guadaguin, 47, os representantes dos sindicatos patronais das indústrias de açúcar e álcool não estiveram presentes, mas foram consultados por telefone.

A contraproposta praticamente não representou nenhum avanço, no entender de Guadaguin. Ele explicou que, além de se manterem irredutíveis na questão das toneladas, as usinas e destiladas não concordaram em fixar um preço único de Cz\$ 13,50 por tonelada de cana cortada, reivindicado pelo sindicato como base para um possível acordo. Nas negociações iniciais ocorridas entre sexta-feira e sábado, em Leme, com a participação da secretária do Trabalho, Alda Marco Antônio, as possibilidades de um acordo nessas bases eram consideradas muito grandes, pois o preço de Cz\$ 13,50 já estava sendo pago pela usina Ester, em Cosmópolis, conforme acordo que pôs fim à greve dos seus dois mil trabalhadores. Quanto à diária mínima de Cz\$ 50,00 (o sindicato reivindicava Cz\$ 60,00), Guadaguin esclareceu que seu alcance é limitado, pois seria paga apenas para os tarefeiros, que representam cerca de 39% do pessoal empregado no corte de cana.

A principal queixa dos trabalhadores contra o sistema de tonelada é que ele não permite ao cortador de cana saber quanto vai ganhar no dia. Pelo acordo coletivo vigente, assinado no dia 25 de junho último, mas não ratificado pelo sindicato de Araras, há uma medição prévia em metro linear mas o pagamento é feito com base num sistema de conversão que leva em conta as toneladas de canas cortadas, através de uma pesagem posterior. É uma equação complicada que os trabalhadores não entendem, além de se sentirem sujeitos a logros na pesagem.

"Um dia conseguiremos o metro linear. Se não for amanhã, será o ano que vem", afirma Vidor Faita, diretor licenciado da Fetaesp e candidato a deputado estadual pelo PT. Outra reivindicação que Faita considera fundamental para os cortadores de cana é o contrato por doze meses e não apenas durante a safra (maio a outubro). "Chega de contrato de seis meses, porque os trabalhadores precisam comer durante os doze meses", diz Faita, que aponta como alternativa a utilização dos trabalhadores na limpeza das lavouras de cana nas demais meses do ano, em vez do emprego de herbicidas.

Para o proprietário da Sociedade agropecuária Cresciumal, Ruy de Souza Queiroz, 53, o contrato de doze meses não é válido, pelo menos no caso de Leme, onde sua adoção prejudicaria o próprio trabalhador rural. Ele argumenta que o município oferece trabalho o ano inteiro nas lavouras de cana, laranja e algodão, e os próprios trabalhadores têm interesse em se revezar nessas culturas, beneficiando-se de ganhos maiores em cada safra.

Quanto ao sistema de pagamento por metro linear, Souza Queiroz afirma que o sistema, além de difícil execução, seria injusto para os próprios trabalhadores: uns trabalhariam mais que os outros, conforme a densidade de cada área de corte. O usineiro também contesta a possibilidade de fraudes na pesagem. "Toda a tonelada de cana que entra em nossa usina nós podemos comprovar", afirma Souza Queiroz.

Por fim, o empresário argumenta que o setor não tem condições de pagar mais para os cortadores de cana porque trabalha em regime de preços tabelados e estava prestes a ter um reajuste, quando veio o congelamento introduzido pelo Plano Cruzado. "Estamos no vermelho", diz Souza Queiroz, avaliando "entre 30 e 35%" a defasagem entre os custos de produção do açúcar e os preços praticados no mercado.

Na Sociedade Agropecuária Cresciumal trabalham cerca de 1.200 cortadores de cana que abastecem a usina Cresciumal, uma empresa coligada, com 65% de matéria-prima, enquanto os 35% restantes são adquiridos de plantadores independentes. É a única usina de Leme, mas o município concentra cerca de 5 mil dos 12 mil cortadores de cana da região. Segundo informações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a mão-de-obra de Leme é utilizada também em Araras, nas usinas São João, Santa Lúcia e Palmeira, em Santa Rita do Passa Quatro pela usina Santa Rita e em Pirassununga pela usina São Luiz.

***(Primeiro Caderno — Página 7)***